**ANEXO B**

## **Modelo de declaração**

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º)

1 - ... (nome, número de documento de identifica e morada), na qualidade de representante legal de (1)…(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2);

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (21) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (22)] (23);

c) Tenham sido objecto de aplicação da sancão acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 21.º do Decreto-Le n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do art.º 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.ª do presente Código, durante o período de inabilidade fixada na decisão condenatória;

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (27)j os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (11)].

## (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

## (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

## (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

## (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

## (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

## (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

## (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

## (8) Declarar consoante a situação.

## (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

## (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

## (11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.° do Código dos Contratos Públicos